

ESTADO DE SÃO PAULO

15 NOV 1978

JORNAL DA FOLHA

FOLHA

Eleitor do DF não vota há 15 anos



Arquivo

Os comícios, distantes da população de Brasília

ROSÂNGELA BITTAR
Da sucursal de BRASÍLIA

Brasília não tem representação política nem eleições, mas tem um orçamento público, proporcionalmente por habitante, duas vezes maior do que o da cidade de São Paulo. Em 1978, apenas um homem aplicou quase dez bilhões de cruzeiros sem nenhum plano de governo e sem debates de prioridades. Não houve nem mesmo uma discussão, a nível técnico, que questionasse suas decisões. Ele dispôs sozinho sobre as condições de vida de um milhão e 67 mil habitantes que não podem se fazer ouvir. A administração do Distrito Federal é arbitrária em todos os sentidos.

São 330 mil eleitores em Brasília, com seus títulos legalmente concedidos, que não votarão hoje. Alguns deles, mais velhos, já votaram duas vezes, pois pela Constituição o brasiliense pode votar para presidente da República: em 1970, preferiram Jânio ao Marechal Lott e depois, numa segunda experiência, participaram do plebiscito de 1963. Com a Constituição de 1967, que transformou em indiretas as eleições para a Presidência da República, o eleitor de Brasília perdeu a possibilidade de votar.

O chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, professor José Carlos Aleixo, identifica grupos diversos entre esses 330 mil eleitores: há os que nasceram em Brasília e aos 18 anos pediram o título de eleitor obviamente na cidade em que moram; há os que solicitaram transferência do domicílio eleitoral, porque acreditam que este deve corresponder ao domicílio fiscal; há os que, por comodismo (não solicitar a folha de votação no seu Estado, não ter que passar na agência dos Correios para justificar), para estarem liberados do trabalho de votar, transferiram o título; há uma pequena margem de transferências por protesto contra o pequeno valor do voto hoje.

O presidente da Associação de Economistas do Distrito Federal e membro do Comitê Pró-representação Política de Brasília, Paulo Cezar Timm, acrescenta que, embora seja grande o número de militares entre os 330 mil eleitores, que por uma contingência profissional estão em trânsito e sempre transferem seus títulos, a maior parte desse grupo já é "realmente de Brasília, tem seu título em Brasília e não sairá mais". Na sua opinião, a própria transferência do título mostra que os funcionários civis já se adaptaram à cidade. Brasília é uma experiência consolidada de vida urbana, e a transferência do título é até parte da consolidação — afirmou o professor Timm.

Uma das principais razões até agora apresentadas para privar o Distrito Federal da participação política é o da heterogeneidade de sua população. Dos 1 milhão e 67 mil habitantes, apenas 250 mil estão no Plano Piloto e a grande maioria nas cidades satélites. Os dois grupos são radicalmente opositos em termos de aspirações, reivindicações e problemas. Enquanto o primeiro tem a falsa sensação de ter poder e participar ativamente do governo do País, o segundo apresenta uma situação pior que os municípios mais pobres: problemas básicos de saneamento, escola, saúde, transportes, moradia.

Mas isso, para os cientistas políticos, economistas e sociólogos, longe de ser um empecilho é um estímulo. Tanto Aleixo como Timm acham que essa heterogeneidade existe em todo o País, entre capitais e cidades do interior, entre bairros de classe média alta e periferias. A falsa sensação de estar no poder, e por isso prescindir de um canal de representação política, pode ocorrer, — afirma Cezar Timm —, mas apenas para uma pequena elite. Brasília tende a ser muito "nacional". Os seus intelectuais não estão preocupados com o estudo dos problemas locais, não há uma atitude de reflexão sobre si próprios. Esse grupo tende a ter uma visão ecumênica e considera a cidade como um ponto de reflexão para o mundo. Não refletindo sobre si própria, Brasília vive de mitos e esse é o fenômeno que leva essa elite a pensar que tem poder.

Há, contudo, a maioria da população que não pode ser privada de seus canais de representação. "As populações marginais, faveladas e miseráveis dominam o Brasil, isso é uma particularidade de Brasília" — afirma Timm, lembrando que as elites também se dividem política e ideologicamente. "O Plano Piloto se dividirá em opções como as cidades satélites também se dividirão. A representação política pode até diminuir o hiato hoje existente".

José Carlos Aleixo, cientista político, vê o problema da mesma forma. "Há o desequilíbrio mas isso não é obstáculo à representação. Depois, uma representação política deve corresponder à realidade, e, se ela é heterogênea, deve estar refletida na representação. Isso é um pressuposto básico da democracia". Para os analistas, outras alegações, do tipo "uma Capital tem peculiaridades de proximidade com o governo federal", existem e devem ser consideradas mas nem de longe conseguem anular a idéia principal de que é preciso ter alguma forma de organização e representação política. São peculiaridades aceitáveis e para elas já se encontraram soluções em experiências internacionais.

Esse direito à representação política para a população de Brasília é até mesmo um problema de interesse nacional.

"Afinal de contas" — afirma Timm —, o Distrito Federal não produz nada e recebe quase Cr\$ 10 bilhões do País que são gastos por apenas uma pessoa, sem nenhum tipo de fiscalização, sequer em nível técnico." O governador tem um poder ilimitado — afirma de seu lado o professor Aleixo. E o número de eleitores tende a aumentar sensivelmente pelas vias naturais de transferências e crescimento demográfico bem como, se houver, com o aparecimento da representação.

Embora nenhum governo, de tendências diversas, tenha se empenhado até agora em dar uma representação própria a Brasília, Aleixo considera que a situação agora é totalmente diferente, pois o eleitorado já é bem expressivo: "Há fatos novos e o problema precisa ser reestudado".

Entre esses fatos novos o economista Cezar Timm cita, por exemplo, os nascentes movimentos de base, todos em áreas de lideranças profissionais, pela inexistência de lideranças locais, o funcionamento de quatro grandes universidades onde há lideranças que a cidade não absorve. A atual situação para Timm, frustra expectativas de lideranças emergentes nas universidades. "Aqui afirma —, as associações profissionais estão sentido a necessidade de funcionarem quase que como partidos políticos, e se vêem na contingência de assumir esse papel e o estão fazendo."

Inexiste, ainda, uma fermentação política local, as organizações e formas associativas são ainda incipientes e frágeis e leva algum tempo para que isso se organize — observa Timm. — Mas há necessidade da representação, a população precisa e quer, por unanimidade. A partir disso, a luta por ela ganha corpo. Já foram apresentadas emendas à Constituição inclusive uma, entregue agora ao MDB, que indica a necessidade de representação política em níveis local e federal. O movimento pela representação política para Brasília foi assumido, no momento, pelo Centro Brasil Democrático, que congrega todas as associações profissionais do Distrito Federal.

"Não se defende só a representação, mas o direito à organização política" — diz Paulo Cezar Timm, que considera isso uma questão elementar. "Privar uma população como a descrita do direito de se organizar politicamente é totalitarismo desenfreado."

Estudantes mobilizam-se

Estudantes da Universidade de Brasília percorrerão, hoje, os diversos pontos de votação do plano piloto e cidades satélites, distribuindo cartazes, folhetos e cédulas. De um lado, estarão os alunos coordenados pelo Diretório Central Estudantil — DCE — Livre — pedindo votos para os "candidatos populares e democráticos do MDB", e, do outro, os coordenados pela facção estudantil "Liberdade e Luta", vinculada ao movimento denominado "Convergência Socialista", incitando ao voto nulo e à formação de "um Partido Operário dos Trabalhadores".

Nos últimos dias, o DCE Livre organizou grupos que percorrerão os postos de votação, num total estimado em 150 alu-

nos, mas os representantes da facção "Liberdade e Luta" nesses deverão ser um número bem inferior conforme admitiu um de seus líderes.

A posição do DCE é a de apoiar apenas os "candidatos populares e democráticos do MDB", o que exclui qualquer tipo de manifestação favorável aos chamados adesistas "adesistas", segundo explicações de estudantes.

Ao defender a mobilização em favor de candidatos do MDB, o DCE livre afirma, em nota oficial, que "isto não é compactuar com nenhuma farsa, pois o voto representa a confiança e a certeza no movimento de reivindicações populares".

Já a facção "Liberdade e Luta" afirma que o voto nulo é a forma mais correta de demonstrar que a eleição de hoje "é uma farsa para perpetuar o regime militar no País. Todos os esforços, no momento, de acordo com os estudantes desta facção, devem se voltar para a criação de um Partido Operário dos Trabalhadores".

Representantes do movimento denominado "Centro Brasil Democrático" também estarão, hoje, distribuindo cartazes e folhetos nos postos de votação do plano piloto e cidades satélites. Eles apoiarão especificamente, 67 candidatos ao Senado e a Câmara Federal, todos vinculados ao "Grupo Autêntico do MDB".